

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 003/2026

CADASTRAMENTO DE INSTRUTORES PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA DO CRCBA

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CRCBA**, localizado na Av. Tancredo Neves, 2539, Torre Londres, 31º andar, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP: 41820-021, torna público, para ciência dos interessados, que estão abertas as inscrições para o processo de **Cadastramento de Instrutores** para o **Programa de Educação Profissional Continuada do CRCBA**, conforme as condições estabelecidas neste Edital. O presente procedimento obedecerá às disposições fixadas neste Edital e seus Anexos, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 14.133/21, integram este Edital os Anexos I e II.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1 O objeto deste procedimento é a criação de um cadastro para futuras contratações de instrutores, como Pessoas Físicas ou Jurídicas, que poderão ministrar os cursos realizados pelo CRCBA durante o período de 30/04/2026 a 30/04/2027.

1.2 A realização dos eventos pelo CRCBA tem como objetivo intensificar sua política de propiciar atualização e desenvolvimento de novas competências profissionais, considerando os desafios impostos a classe contábil pelo mercado e pelas constantes alterações na legislação, incluindo as adequações às Normas Internacionais de Contabilidade, a Reforma Tributária, visando também, implementar o programa de fiscalização preventiva através da educação continuada.

1.3 A implantação e manutenção do Programa de Educação Profissional Continuada é obrigação regimental do sistema CFC/CRC's, nos termos da NBC PG 12 – EDUCAÇÃO CONTINUADA.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderá participar do processo de cadastramento qualquer Pessoa Física ou Jurídica que preencha as condições estabelecidas no presente Edital.

2.2 Os instrutores ou empresas habilitadas neste processo de cadastramento constituirão um banco de dados para futura contratação, não significando o cadastramento qualquer compromisso de que o cadastrado seja contratado, não cabendo, assim, qualquer indenização por parte do CRCBA se a contratação não vier a ocorrer.

2.3 Os participantes já credenciados em processo anterior poderão apenas solicitar, expressamente a renovação de credenciamento, devendo substituir os documentos que por ventura estejam sem validade, caso existam.

2.4 O cadastramento também não gera qualquer obrigação, inclusive, monetária por parte do CRCBA aos instrutores ou empresas que porventura e/ou eventualmente, não sejam convocados a prestar serviços ao CRCBA.

2.5 Da mesma forma, o cadastramento não gera para o cadastrado nenhuma obrigação na realização de cursos/eventos cujas datas e disponibilidade não sejam acordadas entre as partes.

3. DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

3.1 Os interessados, que atendam as condições deste Edital, deverão protocolizar a documentação indicada no item 5, na sede do CRCBA, localizada na Av. Tancredo Neves, 2539, Torre Londres 31º andar, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP: 41820-021, ou enviar a documentação indicada de forma digitalizada para os e-mails: desenprof@crc-ba.org.br / lais.santos@crc-ba.org.br, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h30min às 16h30min. Mais informações pelos telefones: (71) 2109-4020 ou pelos e-mails citados.

3.2 Os documentos entregues pessoalmente deverão ser protocolizados em envelope fechado, identificado da seguinte forma:

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

CAMPO ASSUNTO: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026**

FORMAÇÃO DE CADASTRO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DO CRCBA

NOME DO PARTICIPANTE:

ENDEREÇO: Avenida Tancredo Neves, nº 2539, Torre Londres, 31º Andar,
Caminho das Árvores - Salvador-BA, CEP: 41.820-021

3.3 No ato do recebimento do envelope, o funcionário do CRCBA realizará o seu protocolo, abrirá o envelope e preencherá o *check list* da documentação apresentada, que será encaminhada à Câmara de Desenvolvimento Profissional para análise e parecer.

3.4 A Câmara de Desenvolvimento Profissional terá até 30 (trinta) dias para analisar a documentação

3.5 Em caso de indeferimento Parcial, o instrutor na condição de pessoa física ou empresa/entidade na condição de personalidade jurídica, será recomendado pelo membro relator da Câmara de Desenvolvimento Profissional a complementar algum ou alguns documentos que se faz (em) necessário (s) no processo de credenciamento, onde, o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para protocoliza-lo (os) dentro das mesmas regras instituídas no item 4.

3.6 Em caso de Indeferimento Total, o instrutor na condição de pessoa física ou empresa/entidade na condição de personalidade jurídica terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, que deverá ser analisado em até 30 (trinta) dias, contados da sua interposição.

3.7 O instrutor na condição de pessoa física ou empresa/entidade na condição de personalidade jurídica será oficiado acerca da decisão da Câmara de Desenvolvimento Profissional que informará:

a) Em caso de Indeferimento Parcial ou Total: os motivos nos quais se funda a decisão;

b) Em caso de Deferimento: os cursos para os quais o instrutor foi cadastrado e a data de início e término do seu cadastramento.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 O envelope conterá, obrigatoriamente, o “FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO”, conforme Anexo I e as declarações e documentos especificados no item 4.2 e 4.4.

Documentos obrigatórios:

4.2 Para Instrutor Pessoa Física:

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF;
- c) Inscrição no PIS/PASEP;
- d) Comprovante de endereço (preferencialmente conta de luz, água ou telefone);
- e) Comprovante de registro na Entidade Fiscalizadora da Profissão, se houver (CRC, OAB etc.);
- f) Certidão Conjunta da Receita Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária; Certidão da Receita Estadual (SEFAZ) e Certidão Simplificada da Junta Comercial (nos casos onde a pessoa física é participe em sociedade mercantil) ou cópia do ato constitutivo ou alterações que comprove participação em empresas ou entidades registradas em cartório.

4.3 Para Pessoas Jurídicas:

- a) Cartão de inscrição do CNPJ - Poderão participar as Pessoas Jurídicas inscritas no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica que possuam CNAE na receita Federal para realização de treinamentos, cursos e eventos;
- b) Certidões Negativas referentes à regularidade da empresa: Certidão de Regularidade Municipal, Certidão Conjunta da Receita Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão de Regularidade do FGTS- CRF, Certidão da Receita Estadual (SEFAZ);
- c) Cópia do CONTRATO SOCIAL correspondente à última alteração e consolidação contratual realizada nos casos de registro mercantil na JUNTA COMERCIAL do Estado de domicílio;
- d) Cópia do CONTRATO SOCIAL ou ESTATUTO SOCIAL correspondente à última alteração e consolidação contratual devidamente chancelada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de domicílio;
- e) Se o Instrutor/Palestrante for funcionário da empresa, a mesma deverá fazer declaração relatando o vínculo empregatício e enviar cópia da carteira de trabalho digital;
- f) Se o Instrutor/palestrante for sócio da empresa, esta deverá fazer uma declaração informando que ele é sócio e será o instrutor/palestrante responsável pelos cursos contratados.

Experiência profissional obrigatória dos instrutores Pessoa Física e Pessoas Jurídicas:

- a) Curriculum Vitae do Instrutor;
- b) 01 (uma) declaração de Entidade (Atestado de Capacidade Técnica), Instituições de Ensino ou Empresas

em que comprovem experiência relacionada aos cursos em que pretende ministrar. As declarações deverão ser em papel timbrado das referidas Entidades, Instituições de Ensino ou Empresas, contendo:

- Nome do curso ministrado;
- Data da realização do curso;
- Carga Horária;
- Declaração de que o curso ministrado atendeu as expectativas da referida entidade, Instituição de ensino ou Empresa;
- Razão social e assinatura de seu representante legal.

c) Cópia dos títulos e certificados do palestrante/instrutor (se houver);

4.4 Especificamente, no caso de professores de Instituição de ensino superior, os documentos previstos no item "b" e "c" podem ser substituídos pela apresentação da cópia da carteira de trabalho profissional (página da identificação e página do contrato de trabalho) comprovando o vínculo empregatício ou declaração com a comprovação do vínculo para professores de Instituição de ensino pública, além da obrigatoriedade de anexar cópia do Conteúdo Programático das disciplinas que leciona ou já lecionou na referida Instituição.

4.5 Para os casos onde o instrutor já na condição de credenciado, e após vencidas todas as etapas instituídas pelo edital necessite comprovar a mudança de titulação em função dos critérios estabelecidos no item 7.1 deste edital que trata dos valores dos honorários, o instrutor (sendo ele na condição de pessoa física ou na condição de vínculo com a pessoa jurídica credenciada) deverá endereçar os documentos que atestem tal mudança seguindo os seguintes critérios:

- Direcionar cópia ou scanner do Diploma ou Certificado (*"lato sensu"* ou *"stricto sensu"*) para a Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCBA para a devida análise;
- Após análise da Câmara de Desenvolvimento Profissional, o instrutor credenciado será notificado da mudança de seu cadastro em função de sua nova titulação em um prazo máximo de 30(trinta) dias úteis contados a partir da data da documentação devidamente protocolizada.
- Não serão aceitos declarações ou algum outro documento que substitua temporariamente os documentos oficiais e definitivos que atestem a mudança de titulação tratada neste item.

4.6 Os documentos descritos no item 4.2 e 4.3 deverão ser apresentados conforme a seguir (art. 70 da Lei 14.133/21):

a) em original; ou

b) por qualquer processo de cópia (cópia simples ou *scanner*)

5. DOS CURSOS

5.1 Os cursos abaixo relacionados poderão ser ministrados na Capital e nas cidades do interior, do Estado da Bahia, em locais a serem providenciados pelo CRCBA, com carga horária de até 16 (dezesseis) horas para cada curso, podendo, a critério do CRCBA, ser alterada:

1. Análise das Demonstrações Contábeis.
2. Auditoria Contábil (Interna e Externa);

3. Auditoria dos Controles Internos;
4. Auditoria e Contabilidade para Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
5. Auditoria Pública;
6. Cálculo e contabilização de ajustes de recebíveis e exigíveis a valor presente;
7. Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
8. Contabilidade Gerencial/Custos;
9. Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor;
10. Contabilidade para Instituições Financeiras;
11. Contabilidade Pública;
12. Contabilidade Rural;
13. Contabilidade para o Agronegócio;
14. Direito e Planejamento Tributário;
15. EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais);
16. Elaboração das Principais Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de Acordo com os CPC's;
17. Elaboração de Demonstração de Fluxo de Caixa;
18. Elaboração de Demonstrações Contábeis (Balanço, DRE, DMPL, DVA);
19. Eneagrama;
20. Gestão de Empresas Contábeis;
21. Gestão do Feedback;
22. Governança Corporativa;
23. ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviço e ST - Substituição Tributária;
24. IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física;
25. IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Lucro Real, Presumido e Simples);
26. Legislação Societária aplicada a Constituição de Empresas;
27. Legislação Trabalhista e Previdenciária;
28. Legislação Tributária (Federal, Estadual e Municipal);
29. Liderança;
30. Matemática Financeira;
31. NBC ITG 2002 e suas alterações;
32. NBC's do Setor Público;
33. NBC's para Microempresas;
34. NBC's publicadas pelo CFC;
35. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16;
36. Normas Brasileiras de Contabilidade/IFRS;
37. Novas Normas de Auditoria Independente (com vigência a partir de 2010);
38. NR-01
39. Perícia Contábil, Mediação e Arbitragem;
40. Planejamento Estratégico;
41. Prestação de Contas de Partidos Políticos;
42. Reforma Tributária;
43. Relatórios Gerenciais;
44. SPED - e-Social;
45. SPED - Tributos e obrigações municipais;
46. SPED Contábil;
47. SPED Contribuições, Contábil e e-Social;
48. SPED ECF/ECD/FCONT;
49. SPED ECF;
50. SPED Fiscal (ICMS);
51. SPED Pis/Cofins;
52. Técnicas para falar em Público.

5.2 Os participantes deverão selecionar no Anexo I, **os cursos que tem interesse** em ministrar, conforme item 5.1, podendo indicar ainda **novos cursos de acordo com a sua área de atuação ou de interesse**.

5.3 Os instrutores deverão apresentar para cada curso a respectiva ementa, o conteúdo programático e a metodologia, quando selecionado para ministrar um curso ou uma palestra.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1 NÃO poderão se inscrever para cadastramento, nos termos da resolução do CFC N° 1.788, de 05 de fevereiro de 2026:

- a)** conselheiro efetivo ou suplente;
- b)** cônjuge, companheiro(a) ou parente, até o terceiro grau, consanguíneo ou por afinidade, de conselheiro referido no inciso anterior;
- c)** membros do Conselho Consultivo;
- d)** empregado, comissionado, estagiário ou prestador de serviços dos Conselhos de Contabilidade, bem como seus cônjuges, companheiros(as) e parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou por afinidade;
- e)** representante de CRCs e respectivos cônjuges, companheiros(as) e parentes até o terceiro grau;
- f)** integrantes de Comissão e Grupos de Trabalho; e
- g)** ex-empregado que, nos 2 (dois) anos anteriores, tenha aderido ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), limitando-se a vedação apenas ao Conselho de Contabilidade de origem.

7. DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

7.1 A título de honorários, os valores da hora/aula (sessenta minutos) serão os seguintes:

- a)** R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) para instrutores com graduação;
- b)** R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para instrutores com pós-graduação lato senso (especialista);
- c)** R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para instrutores com titulação de mestrado e;
- d)** R\$ 300,00 (trezentos reais) para instrutores com titulação de doutorado.

7.2 Para os casos de pagamento a pessoa física, nos honorários pela execução dos serviços, serão retidos os encargos relativos ao INSS, ISS, IRRF, se aplicáveis.

7.3 Para os casos de pagamento a pessoa jurídica, nos honorários pela execução dos serviços, serão retidos os encargos relativos à IRPJ, CSLL, PIS e COFINS conforme preconiza a IN RFB1234/2012.

7.4 No mês em que prestar serviços, o contratado deverá apresentar os comprovantes de pagamentos da fonte pagadora, como segurado empregado, ou declaração, sob as penas da lei, de que é segurado empregado, constando valor sobre o qual é descontada a contribuição para o INSS naquela atividade, ou que a remuneração recebida atingiu o limite máximo do salário contribuição, identificando com a Razão Social e o n° do CNPJ da empresa ou empresas, referente à competência anterior ao da prestação dos serviços.

7.5 A não comprovação do estipulado no item 7.2 acarretará o desconto previdenciário de 11% sobre o valor dos honorários.

8. DAS DESPESAS

8.1 Para pagamento das despesas de hospedagem, alimentação, será concedida diária no valor de **R\$ 380,00 (Trezentos e Oitenta Reais)**, por pernoite, que pode ser atualizada por resolução do CRCBA.

8.2 Para deslocamento do instrutor o CRCBA, avaliará a necessidade de despesas com passagens aéreas e terrestres à cidade de ministração do curso;

8.3 Nos casos em que o Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia não puder adquirir passagens terrestres, será realizado o pagamento do auxílio deslocamento nos termos da Resolução CRCBA nº 687/2024.

9. DAS RESPONSABILIDADES DO INSTRUTOR

9.1 Comparecer ao local de realização do curso 30 (trinta) minutos antes do início da atividade, para a adequação dos recursos instrucionais.

9.2 Cumprir os horários estabelecidos, o cronograma, a carga horária de cada curso e respeitar a sequência das atividades.

9.3. Elaborar o material para acompanhamento da atividade, incluindo a bibliografia no final e encaminhar o material didático ao CRCBA com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da realização do curso, para sua disponibilização, em meio lógico, aos profissionais inscritos.

9.4 Havendo atualização no material didático ou na bibliografia, o instrutor deverá encaminhar ao CRCBA a versão atualizada em substituição a anterior.

9.5 O material didático elaborado pelo instrutor será de sua autoria, ficando concedido ao CRCBA o direito de uso não exclusivo, por prazo indeterminado, para fins institucionais, educacionais e de divulgação, sem ônus adicional, assegurada a identificação do autor.

9.6 Zelar pelos equipamentos disponibilizados no local da atividade.

9.7 Responder as solicitações do CRCBA referentes a possibilidades de atuar como instrutor no curso demandado em até 2 (dois) dias úteis da convocação, por e-mail ou aplicativo de mensagem.

9.8 Zelar por sua reputação pessoal e profissional, respeitando a Ética e o Código de Ética, quando cabível, pertinente a sua formação profissional.

9.9 Empenhar-se, permanentemente, em seu aperfeiçoamento pessoal e profissional, buscando capacitação e atuando de acordo com os programas/projetos determinados pelo CRCBA.

9.10 Cumprir na íntegra a agenda e programa acordados com o CRCBA.

9.11 Utilizar material (apostilas, apresentação) previamente aprovado pelo CRCBA.

9.12 Manter, em relação aos demais cadastrados, cordialidade e respeito, bem como com relação aos funcionários do CRCBA, Conselheiros, Representantes e participantes do curso;

9.13 Autorizar a filmagem e o uso de sua imagem, quando em atividade contratada pelo CRCBA, para divulgação de matérias de interesse contábil, pelos meios disponíveis pelo Conselho.

9.14 Comunicar da impossibilidade de ministrar o curso previamente acertado com o CRCBA, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da sua realização.

9.15 Os comunicados feitos com menos de 20 (vinte) dias da data de realização do curso terão que ser justificados e serão analisados pela Vice Presidência de Desenvolvimento Profissional do CRCBA, que acatará ou não a justificativa. Se não for acatada a justificativa, o profissional deverá ministrar o curso, sob pena de exclusão do Cadastro e possível ressarcimento das despesas inerentes do evento.

9.16 Participar dos treinamentos promovidos pelo CRCBA, quando convocado, a fim de obter as informações institucionais que deverão ser repassadas aos profissionais da contabilidade durante os cursos ministrados.

9.17 Ministrar **pessoalmente** o curso para o qual foi convocado, sendo vedado que o curso seja ministrado por outro instrutor que não aquele diretamente convocado pelo CRCBA.

10. DAS RESPONSABILIDADES DO CRCBA:

10.1 Promover a divulgação da atividade.

10.2 Disponibilizar ao instrutor os recursos necessários à realização do curso.

10.3 Fazer a inscrição e o controle dos participantes, disponibilizando o material preparado pelo instrutor para distribuição.

10.4 Efetuar pagamento dos honorários do instrutor em até 10 (dez) dias, contados do término do curso, de acordo com o estipulado neste Edital.

10.5 Efetuar pagamento de ajuda de custo ao instrutor em até 2 dias úteis, antes do início do curso.

10.6 Disponibilizar via on-line os certificados para os participantes dos cursos realizados.

10.7 Providenciar e disponibilizar o local da realização de cada curso.

10.8 Convocar o instrutor/empresa, por e-mail, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de realização do curso.

10.9 Em caso de impossibilidade de ministração do curso pelo instrutor convocado, o CRCBA poderá convidar novo instrutor, independente do prazo de antecedência, de forma que em caso de impossibilidade do atendimento, o instrutor não incorra em qualquer penalidade. O

CRCBA providenciará o deslocamento em obediência ao item 8.2 e 8.3.

10.10 Com o objetivo de promover o rodízio de Instrutores, a Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CRCBA, observará os seguintes critérios para a escolha do instrutor, nos casos em que dois ou mais apresentem no momento do credenciamento o mesmo curso de interesse, conforme ANEXO I – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO. Os critérios são:

- Experiência Profissional;
- Quantidade de participação nos eventos do CRCBA; e
- Deslocamento do Palestrante, observando o princípio da economicidade;

10.10.1 – Os critérios funcionarão como uma fila virtual, de modo que logo após ministrar um curso ou palestra, o instrutor voltará para o final da fila e o próximo instrutor será convidado mediante necessidade, sendo observado os critérios do item 10.10;

10.10.3 - A Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional deverá manter o controle da participação de palestrantes em eventos promovidos pelo CRCBA.

11. DO CONTRATO

11.1 Será firmado contrato entre as partes para a prestação dos serviços dos instrutores, conforme minuta constante no Anexo II deste Edital.

11.2 As condições de prestação dos serviços, vigência, pagamento, acompanhamento e fiscalização, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes da minuta do Contrato, Anexo II.

12. DAS PENALIDADES

12.1 O instrutor/empresa que descumprir as condições previstas neste Edital ou no Contrato ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) multa penal de 10% (dez por cento), sobre o valor total da prestação dos serviços, pela não execução ou por atraso injustificado na realização do curso;

b) exclusão do cadastro, caso não realize o curso no dia programado, sem justificativa aprovada.

12.2 O CRCBA reserva-se ao direito de reter e compensar, dos pagamentos do contratado, a multa referida na alínea "a", assegurado o contraditório e a apresentação de defesa previa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação.

12.3 As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo.

12.4 O contrato poderá ser rescindido pela autoridade competente pelos motivos previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

12.5 O CRCBA poderá, a qualquer tempo, descredenciar o instrutor por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento de qualquer natureza e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícia de fato ou circunstância anterior ou posterior à análise dos documentos, que

desabone a idoneidade ou capacidade técnica do instrutor.

12.6 Caso o curso ministrado pelo instrutor não atinja o mínimo de 70% (setenta por cento) de satisfação nas avaliações realizadas pelos participantes, poderá o CRCBA excluir o referido instrutor do seu cadastro.

13. DA VIGÊNCIA

13.1 O cadastramento terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término do período de credenciamento, até o dia 30/04/2027, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As informações relativas ao processo de cadastramento de que trata o presente Edital, serão divulgadas no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico www.crcba.org.br, em **“Licitações”**.

14.2 Quaisquer informações, envios de documento, e esclarecimentos adicionais relacionados a este Edital deverão ser encaminhados, por escrito, aos e-mails: desenprof@crc-ba.org.br; lais.santos@crc-ba.org.br

14.3 Este Edital revoga o Edital 005/2025.

Não serão atendidas solicitações verbais.

Salvador-BA, 22 de abril de 2026.

Altino do Nascimento Alves
Presidente do CRCBA

ANEXO I
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO

1- DADOS PESSOAIS	
Razão Social ou Nome Completo:	
Nome Fantasia:	CNPJ ou CPF:
Rua/Av:	n.º: s/n
Complemento:	Bairro:
Cidade:	Estado:
CEP:	e-mail:
Telefone residencial: ()	Telefone comercial: ()
Telefone celular: ()	Fax: ()

2- TITULACAO DO INSTRUTOR
FORMAÇÃO Acadêmica (Graduação):
FORMAÇÃO Acadêmica (Pós-graduação):
FORMAÇÃO Acadêmica (Mestrado):
() Especialista em:
() Mestrando em:
() Doutor em:
Atual atividade profissional:

3 - CURSOS DE INTERESSE:

- Análise das Demonstrações Contábeis;
- Auditoria Contábil (Interna e Externa);
- Auditoria dos Controles Internos;
- Auditoria e Contabilidade para Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Auditoria Pública;
- Cálculo e contabilização de ajustes de recebíveis e exigíveis a valor presente;
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Contabilidade Gerencial/Custos;
- Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor;
- Contabilidade para Instituições Financeiras;
- Contabilidade Pública;
- Contabilidade Rural;
- Contabilidade para o Agronegócio;
- Direito e Planejamento tributário;
- EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais);

- Elaboração das Principais Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de Acordo com os CPC's;
- Elaboração de Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Elaboração de Demonstrações Contábeis (Balanço, DRE, DMPL, DVA);
- Eneagrama;
- Gestão de Empresas Contábeis;
- Gestão do Feedback;
- Governança Corporativa;
- ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviço e ST - Substituição Tributária;
- IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física;
- IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Lucro Real, Presumido e Simples);
- Legislação Societária aplicada a Constituição de Empresas;
- Legislação trabalhista e previdenciária;
- Legislação Tributária (Federal, Estadual e Municipal);
- Liderança;
- Matemática Financeira;
- NBC ITG 2002 e suas alterações;
- NBC's do Setor Público;
- NBC's para Microempresas;
- NBC's publicadas pelo CFC;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16;
- Normas Brasileiras de Contabilidade/IFRS;
- Novas Normas de Auditoria Independente (com vigência a partir de 2010);
- NR-01
- Perícia Contábil, Mediação e Arbitragem;
- Planejamento Estratégico;
- Prestação de Contas de Partidos Políticos;
- Reforma Tributária
- Relatórios Gerenciais;
- SPED - e-Social;
- SPED - Tributos e obrigações municipais;
- SPED Contábil;
- SPED Contribuições, Contábil e e-Social;
- SPED ECF/ECD/FCONT;
- SPED ECF;
- SPED Fiscal (ICMS);
- SPED Pis/Cofins;
- Técnicas para falar em Público

4 – SUGESTÃO DE NOVOS CURSOS DE ACORDO COM A SUA ÁREA DE ATUAÇÃO / ROL DE INTERESSE:

Eu, _____, profissional da área de: _____ Conselho de Ordem ° _____, responsável pela Empresa _____, solicito meu cadastramento como instrutor do CRCBA para o curso de _____, declaro verdadeiras as informações prestadas nesta solicitação, bem como as constantes da documentação anexa, e declaro ter conhecimento e estar de acordo com os termos do Edital de Cadastramento nº 03/2026

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do representante da Empresa

Este formulário deverá ser anexado aos documentos de solicitação de cadastramento descritos no Edital nº 003/2026, em referência ao item 4.

ANEXO II
MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO CRCBA nº.....
CRENCIAMENTO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTRUTOR

CONTRATANTE: O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CRCBA, pessoa Jurídica de Direito Público, criada por meio do Decreto Lei nº 9295/1946, localizado na Av. Tancredo Neves, 2539, CEO SSA Shopping, Torre Londres 31º andar, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP: 41820-021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.244.148/0001-49, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno, por seu Presidente, infra- assinado, **Altino do Nascimento Alves**, brasileiro, Contador, portador da identificação profissional BA-01***7/O e do CPF nº 743.***.***-20 residente e domiciliado nesta capital.

CRENCIADO: _____ CNPJ / CPF nº _____ Localizada à _____
Profissional: _____

As partes têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, com fundamento nos preceitos da Lei nº 14.133/21 e nos parâmetros contidos no Processo nº.....mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto o credenciamento da empresa/profissionais com a finalidade de ministrar cursos que serão realizados por este Regional, bem como a elaboração de conteúdos técnicos atrelados às atividades, conforme detalhamento:

<u>Curso</u>	<u>Data</u>	<u>Cidade</u>	<u>Carga Horária/ horário</u>	<u>Diária</u>	<u>Despesa com deslocamento</u>	<u>Valor honorário</u>	<u>Total Geral</u> (honor.+diária +Aux. desl.)

2. A prestação dos serviços não implica, necessariamente, no fornecimento por parte do CRENCIADO de todo o material de apoio necessário para o cumprimento do objeto do contrato. Quando for o caso, fica sob a inteira responsabilidade do CRENCIADO o uso devido de todo o material e equipamentos recebidos pela CONTRATANTE.

3. A especificação técnica constitui o objeto mínimo a ser executado pelo CRENCIADO, ficando claro que essa execução não exime o emprego de outras posturas técnicas e dos materiais necessários ao pleno alcance das finalidades do presente contrato, ainda que não descritas

expressamente.

4. O credenciamento não gera qualquer obrigação monetária por parte do CONTRATANTE, caso o CREDENCIADO não venha a ser convocado a prestar serviços.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A prestação dos serviços se dará preponderantemente em dias úteis, horário comercial, podendo, todavia, serem estipulados outros horários ou dias de fins de semana, a critério do CONTRATANTE, sem custos adicionais de qualquer natureza desde que se entenda que tal estipulação permita maior eficiência e melhores resultados na execução deste contrato.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

1. O presente contrato terá vigência durante o corrente exercício, iniciando-se após a data de assinatura por tempo

4 CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES

1. O **valor total** deste Contrato é de, conforme planilha apresentada na cláusula 1ª, sendo..... para o valor dos honorários,.....para ajuda de custo. No(s) valor(es) contratado(s) estão inclusas todas as despesas com produtos/serviços, mão de obra, transportes, leis sociais, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para entrega completa do objeto contratado.

2. Os valores ora pactuados, e expressamente vinculados aos termos e condições contidas no processo de Chamamento Público 05/2025, disposto pelo edital 05/2025, são fixos e irredutíveis, salvo disposição legal que autorize a correção.

5 CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- Ajuda de custo: Até 02 (dois) dias úteis antes da realização de cada curso.
- Honorário Profissional: Até 10 (dez) dias úteis após a realização de cada curso e apresentação de RPA / Nota Fiscal.
- Emissão de passagem aérea ou terrestre.

6 CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO

1. Os serviços serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo responsável do Departamento de Desenvolvimento Profissional deste Regional,, portaria CRCBA nº....., que observará o fiel cumprimento do objeto contratado, sendo, ainda, permitida a assistência de terceiros, sob pena de não liberação do pagamento previsto neste Contrato.

2. Da mesma forma, caberá a Câmara de Desenvolvimento Profissional da CONTRATANTE, ao

término de cada atividade, avaliar, qualitativamente, o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo CREDENCIADO.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

1. Fornecer em tempo hábil todas as condições necessárias para a execução dos serviços pactuados;
2. Notificar imediatamente o CREDENCIADO sobre qualquer condição operacional anormal;
3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato;
4. Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos estipulados p.
5. Oferecer informações necessárias ao CREDENCIADO, sempre que necessário para execução dos trabalhos.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO.

Constituem obrigações do CREDENCIADO:

1. Fiel execução do pactuado neste contrato, dentro dos prazos previstos, arcando o CREDENCIADO com os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, fiscais, administrativos e civis;
2. Resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza, oriundos dos serviços executados sob este contrato, suportando os prejuízos resultantes da negligência ou má execução dos serviços;
3. Permitir ao CONTRATANTE fiscalizar a execução dos serviços em todas as suas etapas, fornecendo esclarecimentos e informações solicitadas;
4. Isentar-se de fazer propagandas e/ou divulgação de livros, produtos, serviços e outros, salvo quando expressamente aprovado pela Câmara de Desenvolvimento Profissional do CONTRATANTE;
5. Manter os seus dados cadastrais e as informações prestadas atualizadas;
6. Permitir ao CONTRATANTE direito de imagem e uso do conteúdo, mediante assinatura do termo anexo.

9 . CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

1. Caso o CREDENCIADO deixe de cumprir, ainda que de forma parcial, qualquer obrigação decorrente deste instrumento, será penalizado com a multa de 10% (dez por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento da prestação de serviços inadimplida, acrescida de juros de 1% (um por cento), ao mês até data do efetivo pagamento.
2. Caso o pagamento ainda não tenha sido realizado ao credenciado, o CONTRATANTE

procederá com a retenção do valor correspondente a multa aplicada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRORROGAÇÃO

1. Caso se verifique justificada a necessidade e o CONTRATANTE entenda conveniente e vantajosa a prorrogação do presente instrumento contratual, o CONTRATANTE deverá manifestar tal intenção expressamente ao CREDENCIADO, respeitando-se os preceitos e limites descritos no artigo 105, da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste instrumento contratual enseja a sua rescisão, podendo ser:
2. Por iniciativa do CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a infração por parte do CREDENCIADO de qualquer cláusula ou condição do contrato ou a ocorrência de quaisquer situações previstas nos artigos 137 e 139, da Lei nº 14.133/21.
3. Por iniciativa da CREDENCIADO, a inobservância por parte do CONTRATANTE quanto ao pagamento estabelecido neste instrumento, salvo por fundamentação e comprovação administrativas escusáveis, nos termos dos artigos 137 e 139, da Lei nº 14.133/21.
4. Amigável, após acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de credenciamento, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA

1. A rescisão contratual unilateral injustificada acarretará ao CREDENCIADO o pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao pagamento da prestação de serviços inadimplida, bem como o dever de indenização por perdas e danos advindos do descumprimento contratual e, ao CONTRATANTE, as obrigações descritas no artigo 138, § 2º e incisos I, II e III da já mencionada Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TOLERÂNCIA

1. Qualquer tolerância das partes no cumprimento, no todo ou em parte de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerada como concessão excepcional, não constituindo inovação do aqui ajustado, nem precedente invocável pelo CREDENCIADO.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS IMPEDIMENTOS

1. O CREDENCIADO declara, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades previstas neste

instrumento contratual, não estar enquadrado nos impedimentos previstos no Edital 06/2023.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a imagem do CREDENCIADO, bem como a utilização do material por ele elaborado, no evento designado, podendo o CONTRATANTE proceder à livre e ampla divulgação, utilização e distribuição desse material, por prazo indeterminado, ficando estabelecido que por tal utilização, **em hipótese alguma**, ocasionará remuneração ou indenização adicional por parte do CONTRATANTE e CREDENCIADO ou a quem quer que, eventualmente, venha a reclamar esse uso de imagem.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1. Fica eleito o foro de Salvador-BA, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justo e contratado, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas cujas assinaturas seguem abaixo.

Salvador-BA, de de 2026.

Contador **Altino do Nascimento Alves**
Presidente do CRCBA
CONTRATANTE

Instrutor _____

Empresa _____
CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF

ANEXO DO CONTRATO

TERMO DE DIREITO DE IMAGEM E USO DO CONTEÚDO

Eu _____, Brasileiro (a), () solteiro (a) /
() Casado(a), profissão: _____, cargo _____, inscrito (a) no CPF
nº

_____, abaixo firmado, autorizo o uso de imagem e conteúdo sobre todas as
informações técnicas, atividades e outras relacionadas a_____, com _____, a que tiver
acesso através do__.

Por este termo autorizo:

1. A utilizar as informações a que tiver acesso e efetuar gravação do treinamento e deixar disponível por
_____ dias;
2. A não apropriar-me de material que venha a ser disponível;
3. Autorizo o uso e veiculação da minha imagem para uso em depoimentos ou em qualquer meio de
comunicação para fins de divulgação sem quaisquer ônus e restrições.

Data:
Assinatura

Assinatura do Palestrante